

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921  UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 104 * Nº 34.755

QUARTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2024

R\$ 6,90

turismo viaja são paulo

O melhor lugar do mundo é ali

Pesquisa Datafolha aponta os destinos preferidos dos paulistanos no Brasil e no exterior, no verão e no inverno, e as empresas do setor de turismo com os melhores serviços. **p.1 e p.17**

+ Brasil iguala Estados Unidos como lugar favorito de viagem **p.2**

+ Campos do Jordão e Gramado são os locais ideais no frio **p.12**

Ilustrada C1

Filme mostra história de amor de Sidney Magal

"Meu Sangue Ferve por Você" foge das cinebiografias e mergulha na relação do cantor com Magali, com quem é casado há 42 anos.

Papa se desculpa por uso de termo homofóbico

Francisco pediu desculpas por ter falado, em reunião com bispos, que os seminários estão "cheios de viadagem". Porta-voz disse que pontífice não teve intenção de ofender. **A12**



Praia de Maragogi (AL); Nordeste divide com Ubatuba a preferência por destinos litorâneos no país **Roberto de Oliveira/Folhapress**

Taxação de 20% em compra de até US\$ 50 passa na Câmara

Aprovação ocorre após acordo entre líderes, com aval de Lula (PT); atualmente, transações até o valor são isentas

A Câmara dos Deputados aprovou ontem à noite projeto de lei que tributa em 20% as compras de até US\$ 50 em sites estrangeiros como os asiáticos Shein, Shopee e AliExpress.

Hoje, as transações até esse valor são isentas de cobrança de Imposto de Importação. A taxa foi motivo de embate entre o governo Lula (PT), empresas nacionais e as plataformas.

A tributação foi incluída no projeto de lei que cria o Mover (Programa Mobilidade Verde e Inovação), o plano da gestão petista para a transição energética no setor automotivo.

Inicialmente, o relator do texto, Atila Lira (PP-PI), havia proposto acabar com a isenção às compras internacionais. Ontem, ele apresentou dois pareceres, com alíquotas de 25% e de 20%.

O meio-termo aprovado foi resultado de acordo entre líderes da Câmara e o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), com o aval do presidente Lula. O petista era contrário à taxa, e chegou a dizer que a votaria se aprovada pelo Congresso.

Para a indústria nacional, a alíquota teria de variar entre 35% e 60% para dar condições de competição às empresas brasileiras. **Mercado p.3**

Planos de saúde suspenderão cancelamentos, afirma Lira

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou ontem acordo com três grandes gestoras de saúde — Bradesco Saúde, Amil e Unimed — para suspender os cancelamentos unilaterais de planos enquanto o Congresso discute projeto de lei para o setor. O acordo, em reunião, foi verbal.

Frente ao salto de 31% nas queixas por rescisão unilateral de contratos de janeiro a abril, a Abramge, representante do setor, diz que revisará o desligamento de clientes em tratamento de doenças graves e do Transforno do Espectro Autista. Lira pede às operadoras justificativas. **Cotidiano B1**

Congresso põe fim a saída de presos, em revés a Lula

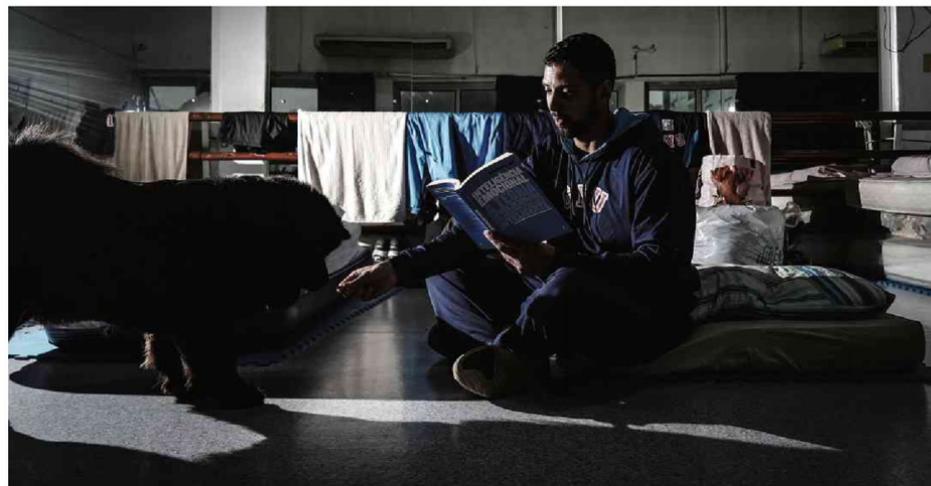
O Congresso Nacional derubou ontem o veto do presidente Lula (PT) ao projeto das chamadas "saídas" temporárias de detentos, acabando com o benefício concedido a presos do regime semiaberto em datas comemorativas. Com a decisão, a saída só será permitida para estudos ou trabalho externo. Segundo especialistas, a medida cria risco de rebeliões. **Política A4**

Bruno Boghossian Governo vive dia doloroso

O governo teve um dia doloroso. Parlamentares derubaram vetos considerados importantes pela equipe de Lula, o bolsonarismo aproveitou para reanimar alguns de seus espantalhos ideológicos, e partidos da base aliada tiveram recaída em seu eterno romance com a direita. **Opinião A2**

Inflação sobe a 0,44% em maio pelo IPCA-15

O IPCA-15 (Índice de Preços ao Consumidor Amplo 15) registrou aceleração da inflação em maio, para 0,44%, após dois meses de alívio. Saúde e transporte são principais fatores. **p.4**



Carlos Macedo/Folhapress

UM MÊS APÓS CHUVAS HISTÓRICAS, 630 MIL AINDA ESTÃO FORA DE CASA NO RS

O atleta de remo Vinícius Delazeri, 29, em abrigo no Grêmio Náutico de Porto Alegre, com sua cachorra e o único livro que conseguiu salvar **Cotidiano B3 e B4**

EDITORIAIS A2

Justiça também precisa aprender a conter gastos
Sobre sistema perdulário, corporativista e opaco.

Sangue, suor e ouro
Acerca de garimpos sem fiscalização na Amazônia.



Bebê brasileira levada a Darién volta para casa

Após cinco meses, voltou ao Brasil a bebê de 1 ano e 10 meses levada pelo pai sem autorização e abandonada na selva de Darién, entre a Colômbia e o Panamá. Filha de angolana e nascida em São Paulo, ela estava sob custódia do governo panamenho após ser retirada da floresta por imigrantes. **Mundo A12**

Ida ao Planalto sela retorno de irmãos Batista à política

Sete anos após protagonizarem um escândalo que quase custou o mandato de Michel Temer (MDB), os donos da JBS, Joesley e Wesley Batista, voltaram à cena política. Na terceira aparição pública dos irmãos com Lula (PT), reuniram-se na segunda (27) para tratar de doação de carne aos gaúchos. **Política A6**

Ministério determina normas para uso de câmeras corporais

Diretriz obriga equipamentos ligados em confrontos. Estado que quiser verba deverá seguir regras, disse o ministro Ricardo Lewandowski (Justiça). Edital do governo paulista dá aos PMs controle de câmeras. **Cotidiano B2**

Com R\$ 132,8 bi, despesas do Judiciário são recorde em 2023

Política A6

Contas públicas têm superávit além do esperado

Tesouro, Banco Central e Previdência geraram em abril superávit primário de R\$ 11,1 bilhões, abaixo dos R\$ 13,3 bilhões esperados e dos R\$ 15,6 bilhões do mesmo mês de 2023. O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, disse que o déficit primário projetado para 2024 deve superar R\$ 16 bilhões. **Mercado p.3**

Reforma da Previdência, o retorno

Reajuste do mínimo e alta de despesas em saúde e educação vão apertar contas do governo

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

A conversa pública sobre uma nova reforma da Previdência está de volta, faz um mês por aí. Quando não se trata de alterar outra vez a maneira de calcular aposentadorias em geral, se diz que será preciso evitar que o valor do piso dos benefícios do INSS acompanhe o valor do salário mínimo. Além disso, sugere-se que sejam modificadas as normas da Previdência dos militares, que a idade de aposentadoria das mulheres seja equiparada à dos homens, que a aposentadoria rural do INSS se torne um benefício assistencial, como o BPC

—na prática, a aposentadoria rural é um BPC disfarçado. Etc. O motivo imediato da discussão é que a despesa com Previdência em geral e com as aposentadorias vinculadas ao salário mínimo em particular vão crescer mais rápido do que a despesa total do governo federal, que aumenta segundo um ritmo limitado pelo teto máximo de gastos de Lula 3, o “arabouço fiscal”. Também crescem mais rapidamente as despesas obrigatórias com saúde e educação. O assunto se tornou motivo de alarme. Era, porém, con-

nhecido mesmo desde o início do ano passado. Em entrevista a esta Folha, em abril de 2023, Fernando Haddad dizia que discutiria o problema com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Faz pouco, soube-se que a conversa não progrediu e que, tão cedo, parece, não haveria mudança. 2025? Faz mais de três décadas, o aumento da despesa federal deve-se, grosso modo, ao aumento da despesa com a Previdência do INSS (RGPS). Em 1997, a despesa federal, fora RGPS, era de 9% do PIB. Em 2002, logo antes de Lula 1,

era de 10% do PIB. Agora, é de 11,6% do PIB. A despesa com o RGPS era de 4,9% do PIB em 1997, de 5,9% em 2002 e agora de 8,3% do PIB. O aumento da despesa, fora RGPS, de 2002 para 2024 foi por o Bolsa Família, que não existia antes de Lula 1 e agora está em 1,5% do PIB. Basicamente, o aumento da carga tributária foi destinado a cobrir o aumento da despesa com Previdência. A despesa com Previdência (RGPS) é agora 41,6% da despesa federal total (não, aqui não tem despesa com juros, que não

é paga com dinheiro de impostos, mas com mais dívida). Seria conveniente reformar também a Previdência dos servidores públicos. Mas já houve reforma razoável para os civis. Restam os militares. No entanto, a despesa com aposentadorias e pensões dos militares equivale a 2,8% da despesa federal total (a dos civis, de 4,4%). Por mais que se deva mexer na Previdência dos militares, o ganho vai ser relativamente pequeno. Ressalte-se: o gasto com a Previdência geral (RGPS) é de 41,6% da despesa total. A reforma da Previdência de 2019 deu um jeito provisório na situação, que talvez durasse por uma década. Mas: 1) o piso dos benefícios do INSS voltou a ser reajustado no ritmo do aumento do salário mínimo: inflação mais crescimento do PIB do que o salário mínimo; 2) a população envelhece rápido. É problema para um pouco mais adiante, mas vai estou-

rar. De 2000 a 2010, a população crescia ao ritmo de 1,17% ao ano; de 2010 a 2022, a apenas 0,5% ao ano e caindo. As despesas com Previdência, servidores, Bolsa Família, seguro-desemprego, abono salarial e BPC equivalem a 76,6% da despesa federal. Juntando saúde e educação, dá 86,7%. O resto todo de governo, Legislativo e Judiciário ficam com uns 13%. Parte dessa despesa é bancada com empréstimos (o governo tem déficit primário). O aumento em curso da carga tributária e o que virá (ou precisa vir) cobrirá apenas o déficit, se tanto. Mesmo assim a dívida pública continuará crescendo: a receita não basta para pagar a conta de juros. É esse o motivo da conversa. Como lidar com a encrência é também uma discussão política, um conflito social. Mas a encrência está aí, com efeitos imediatos e de longo prazo. vinicius.torres@grupofolha.com.br



O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, durante entrevista sobre o resultado do governo central em abril. Divulgação Fazenda

Governo tem superávit abaixo do previsto em abril

Saldo de R\$ 11,1 bi é o pior para o mês desde 2020; gastos previdenciários pesam

BRASÍLIA | REUTERS O governo central registrou superávit primário de R\$ 11,082 bilhões em abril, ante um saldo positivo de R\$ 15,640 bilhões no mesmo mês do ano passado, informou o Tesouro Nacional nesta terça-feira (28). O resultado, que compreende as contas de Tesouro, Banco Central e Previdência Social, veio no mês passado abaixo do saldo positivo de R\$ 13,35 bilhões projetado por analistas em pesquisa da Reuters. O saldo de abril é fruto de uma alta de 12,4% acima da inflação na despesa total na comparação com o mesmo mês de 2023, atingindo R\$ 180,197 bilhões, enquanto a receita líquida — que exclui transferências para governos regionais — teve crescimento real de 8,4%, para R\$ 191,279 bilhões. De acordo com o Tesouro, o saldo foi o mais baixo para meses de abril desde 2020, quando ficou negativo em R\$ 95,9 bilhões em meio ao enfrentamento da pandemia. O saldo positivo nas contas dá fôlego ao governo na busca por uma melhora da trajetória fiscal. A meta para o resultado primário deste ano foi mantida pela equipe econômica em déficit zero, enquanto alguns mais ousados para os próximos anos acabaram afrouxados diante da dificuldade de avançar com toda a agenda fiscal no Congresso. Em sua mais recente revisão das projeções para o ano, feita neste mês, a equipe econômica estimou que fechará 2024 com um déficit primário de R\$ 14,5 bilhões, uma piora em relação ao saldo negativo de R\$ 3 bilhões projetado em março, mas ainda dentro da margem de tolerância estabelecida pelo arcabouço fiscal.

Do lado das receitas, houve uma elevação real de 10,6% no recolhimento de tributos administrados pela Receita Federal em abril, uma alta de R\$ 14,5 bilhões em relação ao mesmo mês de 2023, com impulso principalmente da arrecadação de PIS/Cofins. Também houve ganho nas receitas previdenciárias. Em relação às despesas, a pasta atribuiu o maior impacto sobre o desempenho do mês passado à elevação de desembolsos de benefícios previdenciários. Com o dado mensal, o resultado acumulado do primeiro quadrimestre ficou positivo em R\$ 30,625 bilhões, abaixo do saldo positivo de 46,849 bilhões observados no mesmo período de 2023. Em 12 meses, o governo central acumula déficit de R\$ 253,4 bilhões, em valor corrigido pela inflação, equivalente a 2,23% do PIB. O número é sensibilizado pela quitação extraordinária de precatórios no fim de 2023. Em 12 meses, o governo registrou uma elevação de R\$ 22,5 bilhões em gastos com benefícios previdenciários na comparação ao mesmo período de 2023, aumento significativo mesmo desconsiderando cerca de R\$ 8 bilhões em pagamentos feitos antecipadamente neste ano em 13º salários para aposentados. Recentemente, a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), demonstrou preocupação com o crescimento dessas despesas e defendeu uma desvinculação da correção de aposentadorias da política de ganhos reais do salário mínimo.

de R\$ 14,5 bilhões, dentro da margem de tolerância estabelecida pelo arcabouço fiscal. O arcabouço fiscal autorizou aumento de R\$ 15,8 bilhões no limite de despesas para este ano por causa do comportamento positivo da arrecadação, mas, no anúncio da semana passada, apenas R\$ 13,3 bilhões desse total haviam sido incorporados às projeções. Nesta terça, no entanto, o Ministério do Planejamento informou que distribuiu integralmente os R\$ 15,8 bilhões aos ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego. Com isso, em tese, a projeção de déficit para o ano subiria R\$ 2,5 bilhões, atingindo R\$ 17 bilhões. “Nós já tínhamos indicado que [esse recurso] seria oportunamente distribuído”, disse Ceron em entrevista para comentar dados fiscais. O secretário afirmou ainda que o governo está trabalhando para entender o aumento de gastos previdenciários, para buscar alternativas e possíveis novas medidas. Nos quatro primeiros meses do ano, o governo registrou uma elevação de R\$ 22,5 bilhões em gastos com benefícios previdenciários na comparação ao mesmo período de 2023, aumento significativo mesmo desconsiderando cerca de R\$ 8 bilhões em pagamentos feitos antecipadamente neste ano em 13º salários para aposentados. Recentemente, a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), demonstrou preocupação com o crescimento dessas despesas e defendeu uma desvinculação da correção de aposentadorias da política de ganhos reais do salário mínimo.

Nubank passa a valer R\$ 300 bi e supera Itaú

Tamara Nassif

SÃO PAULO O Nubank ultrapassou o valor de mercado do Itaú Unibanco nesta terça-feira (28) em R\$ 12 bilhões, tornando-se o banco mais valioso da América Latina. A instituição financeira digital atingiu US\$ 58,22 bilhões, que equivale a R\$ 300 bilhões na atual cotação, enquanto o Itaú marcou R\$ 288,59 bilhões. O dado leva em conta a variação cambial diária, uma vez que os papéis do Nubank são negociados em Nova York, e o desempenho das ações de cada banco na Bolsa de Valores. Nesta terça (28), o banco digital teve valorização de 3,92% nos Estados Unidos, ao passo que o Itaú perdeu 0,54% na B3. Em um ano, as ações do Nubank subiram cerca de 80%, repercutindo principalmente a virada da operação

de prejuízo para lucro entre os anos de 2022 e 2023. Em balanço divulgado em maio, a fintech afirmou ter batido a meta de 100 milhões de clientes, além de ter atingido a marca de US\$ 1 bilhão (R\$ 5,15 bilhões) em lucro líquido no ano de 2023. No quarto trimestre do ano passado, os ganhos líquidos foram de US\$ 366,9 milhões — seis vezes mais do que no mesmo período de 2022. O Itaú, por sua vez, registrou lucro líquido de R\$ 35,6 bilhões no ano passado, um aumento de 15,7% em relação a 2022. Ao fim do ano passado, o banco somava 100,7 milhões de clientes. Essa não é a primeira vez que o Nubank ultrapassa o Itaú em capitalização. Na primeira semana após o IPO, o banco foi avaliado em cerca de US\$ 41,5 bilhões (R\$ 231,45 bilhões). À época, o Itaú valia R\$ 210,26 bilhões.

VMSS Empreendimento Imobiliário SPE S.A.			
Relatório de Administração			
Demonstrações dos Resultados Abrevidadas para o Exercício Fim em 31 de Dezembro de 2023 e 2022			
(Em Milhares de Reais)			
	2023	2022	
Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)			
Ativo			
Circulante			
Trabalhos em andamento	7	6	
Títulos e valores mobiliários	1.228	947	
Contas a receber	402	657	
Demas contas	1	1	
Total do Ativo Circulante	1.638	1.612	
Ativo Não Circulante			
Realizável a longo prazo	612	758	
Dívidas a receber com partes relacionadas	22	22	
Impostos e contribuições a pagar	142	144	
Demas contas	448	570	
Total do Ativo Não Circulante	1.204	1.474	
Total do Ativo	2.842	3.086	
Passivo e Patrimônio Líquido			
Capital social	2.118	2.315	
Reserva para futuro aumento de capital	75	-	
Reservas de lucros (II)	(423)	(258)	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.770	2.057	
Total do Ativo	2.842	3.086	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.770	2.057	
Demonstrações dos Resultados para o Exercício Fim em 31 de Dezembro de 2023 e 2022			
(II) A Companhia realizou recálculos para os dados comparativos de Realização de Lucro para melhor apresentação.			
Demonstrações dos Resultados para o Exercício Fim em 31 de Dezembro de 2023 e 2022			
(Em Milhares de Reais)			
	2023	2022	
Receita bruta operacional:			
Incorporação e renovação de imóveis	1.423	1.423	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(479)	(284)	
Receita líquida operacional	944	1.139	
Plus serviços prestados	(81)	(81)	
Provisão para serviços realizados	(12)	(12)	
Lucro (Prejuízo) bruto operacional	851	966	
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas com administração	(64)	(88)	
Despesas gerais e administrativas	(157)	(128)	
Demas receitas (despesas) operacionais	91	(21)	
Lucro (Prejuízo) líquido antes do resultado financeiro	620	729	
Resultado financeiro	8	21	
Lucro (Prejuízo) líquido antes do IR e CS	628	750	
Imposto de renda e contribuição social	(354)	(388)	
Correção	(14)	(8)	
Diferido	(14)	(14)	
Provisão para manutenção de imóveis	(14)	(14)	
Outras passagens	(1)	(1)	
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	245	306	
Provisão para provisões de contingências	(354)	(388)	
Lucro líquido atribuído aos acionistas de controladores	(109)	(82)	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Fim em 31 de Dezembro de 2023 e 2022			
(Em Milhares de Reais - R\$)			
Capital Social			
Integralizado	2.315	(1.147)	
Reserva de Lucros (II)			
Lucro (Prejuízo) do Exercício	306	(82)	
Provisão para provisões de contingências	(354)	(388)	
Total	2.267	1.587	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	256	(165)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Títulos e Valores Mobiliários	96	(46)	
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das operações de investimento	26	(45)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento/Redução de capital	1.149	-	
Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de financiamento	1.149	-	
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	411	(156)	
Saldo inicial	6	12	
Saldo final	7	6	
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	411	(156)	
Extratos das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Fim em 31 de Dezembro de 2023 e 2022			
As demonstrações financeiras apresentadas e seguras são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e operacional da Companhia depende da leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. Z as demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://publicidade.folha.com.br			
Elaborado por: Deloitte Touche Tohmatsu			
Auditor Independente Ltda.			
CNPJ nº 23.093.000-8			
Deloitte			
Responsável pelas Análises Tributárias			
Contador			
CNPJ nº 15.920.000-0			
A Diretoria			
Responsável pelas Análises Tributárias			
Contador - CRC: 15P/28124			